



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2018

(Processo Administrativo nº 23327.001611/2018-25)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação e Desinstalação de Aparelhos de Ar Condicionado para o Instituto Federal Baiano – Reitoria e Centro de referência Dois de Julho, conforme especificações, condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. Referente ao **item 09 da tabela abaixo**, o mesmo **não será objeto de disputa**. A empresa deverá colocar na proposta o valor estimado que foi informado na planilha e não deverá registrar nenhum lance, sob pena de ter a proposta recusada, conforme consta no item 4.28 desse instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 7.500 a 18.000 BTUs, com o fornecimento de peças e mão-de-obra.	350	serviço	R\$ 254,00	R\$ 88.900,00
	2	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 7.500 a 18.000 BTUs, com o fornecimento de peças e mão-de-obra.	150	serviço	R\$ 641,14	R\$ 96.170,25
	3	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 19.000 a 36.000 BTUs, com o fornecimento de peças e mão-de-obra.	30	serviço	R\$ 265,00	R\$ 7.950,00
	4	Manutenção corretiva de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 19.000 a 36.000 BTUs, com o fornecimento de peças e	50	serviço	R\$ 808,34	R\$ 40.416,75



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

	mão-de-obra.				
5	Instalação de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 7.500 a 18.000 BTUs, com distância máxima de 10 metros entre o condensador e o evaporador, com o fornecimento de peças e mão-de-obra.	40	serviço	R\$ 1.106,75	R\$ 44.270,00
6	Instalação de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 19.000 a 36.000 BTUs, com distância máxima de 10 metros entre o condensador e o evaporador, com o fornecimento de peças e mão-de-obra.	20	serviço	R\$ 1.441,00	R\$ 28.820,00
7	Desinstalação de aparelho Condicionador de Ar Split/ACJ independentemente da quantidade de BTUs, com fornecimento de todos os materiais e mão de obra.	50	serviço	R\$ 550,00	R\$ 27.500,00
8	Instalações excedentes quando a distância entre o condensador e o evaporador exceder o quantitativo contrato (10 m), inclusos todos os materiais necessários.	10	serviço	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
9	Estimativa de valor para eventual aquisição de compressores para ar condicionado.	-	<u>Und.</u>	20.000,00	20.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 355.527,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR GRUPO

2.1. Justifica-se a contratação diante do término da vigência do contrato atual referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação dos aparelhos de ar- condicionado do IF Baiano - Reitoria, em outubro de 2018 para o qual já foi utilizado o acréscimo de 25%, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 e diante da inexistência de saldo para o serviço de instalação de aparelhos;

2.2. Justifica-se, também, tendo em vista que os serviços de manutenção preventiva e corretiva, visam prevenir ou corrigir defeitos que porventura possam ocorrer nos equipamentos em funcionamento, cuja interrupção poderá comprometer a continuidade dos serviços e diante da necessidade de manter as instalações físicas em plena capacidade de uso, de modo a permitir a continuidade dos serviços prestados, promovendo um ambiente de trabalho adequado ao desempenho laboral dos servidores e bem-estar do público externo;

2.3. Considerando a necessidade de substituição dos aparelhos antigos que já não atendem a necessidade de resfriamento dos ambientes de trabalho devido ao tempo de uso e do desgaste natural dos equipamentos, tornando-os impróprios para uso, se faz necessária a contratação do serviço de instalação e desinstalação dos novos equipamentos que forem adquiridos e daqueles que forem substituídos respectivamente.

2.4. Justifica-se a formação do grupo diante de problemas apresentados na última contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação dos aparelhos de ar condicionado realizada em 2016, em decorrência da contratação de duas empresas diferentes para executar os serviços mencionados, sendo uma vencedora do lote 01 (manutenção preventiva e corretiva) e outra vencedora do lote 02 (instalação e desinstalação dos aparelhos).

2.5. Com o objetivo de evitar a ocorrência de outras complicações na nova contratação, as quais podem afetar o bom funcionamento dos aparelhos, bem como causar transtornos aos responsáveis pela fiscalização dos serviços e, conseqüentemente, prejuízos à Administração; prezando pela eficiência na contratação desses serviços, para os quais os problemas apresentados demonstraram que o fracionamento dos itens, não garante uma contratação mais vantajosa, a licitação será realizada com a formação de um único lote.

2.6. Exemplos de Problemas causados com a existência de mais de uma empresa executando os serviços de manutenção, instalação e desinstalação:

Exemplo 1: Comprometimento do bom funcionamento do aparelho de ar condicionado que pode ter ocorrido tanto na instalação, como falhas na manutenção preventiva ou, ainda, consequência de manutenção corretiva mal feita; dificultando portanto na cobrança de providências ao contratado, pois uma responsabiliza a outra pelos danos apresentados. Se uma única empresa for responsável pelos aparelhos, poderá ser atribuída 100% da responsabilidade, seja qual for o serviço. Exemplo de operação que pode ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

mal feita é o procedimento de vácuo e recarga de gás; que é feito em todas as operações onde é necessário a retirada do aparelho ou substituição de alguma peça, que necessita o recolhimento do gás, vácuo e recarga.

Exemplo 2: Falhas elétricas detectadas em manutenções corretivas, que podem ser originadas nas instalações; se forem duas empresas responsáveis, podem ocorrer conflitos de responsabilidades. Quando uma só empresa realiza ambos os serviços, não será possível atribuir a falha a outra empresa.

Exemplo 3: Durante o atendimento a uma OS para manutenção corretiva, observa-se a existência de problema que resulta na necessidade de substituição do aparelho. Se é a mesma empresa quem realiza ambos os serviços, a Administração não sofrerá com a ausência do serviço naquele setor uma vez que a mesma fará o procedimento naquele momento, enquanto que sendo empresas diferentes a Administração terá que enviar uma OS a empresa responsável e aguardar a chegada do técnico para executar o serviço de desinstalações e instalações, respectivamente. Essa situação poderá se agravar se esse tipo de problema acontece, por exemplo, nos locais onde funcionam o DATA CENTER e NO-BREAK os quais dependem do controle da temperatura do ambiente para o bom funcionamento, de modo que a ausência da temperatura ideal poderá resultar em queima de equipamentos responsáveis pelo armazenamento das informações institucionais e possível perda das mesmas.

2.7. A contratação em único lote é economicamente viável para o IF Baiano, uma vez que o agrupamento tende a proporcionar um aumento da competitividade diante do interesse maior dos fornecedores em participarem do certame, tendo em vista que a empresa que apresentar a melhor proposta será vencedora de todos os itens e consequentemente os licitantes tendem a diminuir significativamente o valor dos seus lances, a fim de resultarem vencedores no processo licitatório.

2.8. A partir das informações, nos subitens 2.4 a 2.7, tem-se que a divisão da licitação em um único grupo é tecnicamente viável pelos motivos exposto e ainda por possibilitar um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços prestados, pela concentração da responsabilidade da prestação dos serviços em uma só pessoa possibilitando a garantia dos resultados e por não comprometer a integridade do objeto.

2.9. Justifica-se, ainda, diante de outras vantagens a serem obtidas como por exemplo: o maior nível de controle, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido, na observância dos prazos a serem cumpridos, no ganho na economia de escala implicando aumento de quantitativos e, consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração, o que resulta numa contratação mais eficiente para o Instituto Federal Baiano.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, conforme definido no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste TR, tendo como base especificações usuais no mercado.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação dos aparelhos de ar condicionado serão prestados conforme discriminado nesse item.

4.2. A execução do serviço de manutenção preventiva será efetuada de acordo o que consta nos itens seguintes observando-se, ainda, o que foi estabelecido nos anexos I e II desse instrumento;

4.3. Entende-se por serviço preventivo aquele realizado com a finalidade de manter em perfeito funcionamento o sistema de climatização, reduzindo a probabilidade de falhas ou a degeneração do funcionamento de um equipamento, de forma a garantir a qualidade do ar de interiores e prevenir riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados;

4.4. A manutenção preventiva tem por objetivo todas e quaisquer ações técnicas necessárias à garantia de um melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos e compreende os seguintes serviços:

4.4.1. Limpeza do filtro de ar, do gabinete e bandejas do evaporador e do condensador limpando ventiladores (carcaça e rotor), lavando as serpentinas e bandejas e mangueiras com remoção do lodo sem o uso de produto desengraxante ou corrosivo; limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante; verificação e correção de ruídos e vibrações anormais, efetuando reaperto das conexões e suportes;

4.4.2. Verificar: grades de ventilação e exaustão, chave seletora, atuação do termostato, tensão das correias para evitar o escorregamento nas polias, ruídos e vibrações anormais, calibragem e regulação do termostato de controle de temperatura do ambiente, filtro e secador, nível de óleo do compressor, operação da válvula de expansão, dispositivos de segurança (relés térmicos e fusíveis), bases de sustentação dos compressores, carga de gás refrigerante, existência de vazamentos, funcionamento da resistência de aquecimento do cárter, estado de fiação, terminais e contatos elétricos, verificar e eliminar frestas dos filtros, verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo);

4.4.3. Medir: diferencial de pressão, tensão nominal e corrente nominal; lubrificação dos componentes; teste dos controles e comandos de operações dos equipamentos; eventuais atendimentos para regularização do funcionamento dos equipamentos, medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

compressor e motores, medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor; entre outros, com o fornecimento de pequenas peças e reposição de gás refrigerante, sem qualquer custo adicional para a administração.

4.5. A manutenção preventiva será realizada em dias úteis e em horário comercial (8h às 17h), com periodicidade, seguida de um relatório da Contratada, com a descrição dos serviços executados, que deverá ser atestado por funcionário responsável pelo acompanhamento;

4.6. Se durante a manutenção preventiva for detectado um defeito que enseje a necessidade de manutenção corretiva, essa será realizada, sendo vedado duplo pagamento para preventiva e corretiva, no mesmo aparelho.

4.7. Entende-se por serviço corretivo aquele realizado com o objetivo de restaurar ou substituir peças e/ou componentes que apresentarem defeitos durante o funcionamento do sistema de climatização, de forma a normalizar o pleno uso dos equipamentos de ar condicionado.

4.8. Os serviços de manutenção corretiva e as instalações serão realizadas de acordo a necessidade do órgão, mediante a emissão de ordem de serviço, com a descrição do quantitativo e do tipo de serviço a ser realizado, devendo ser observadas, pela Contratada, todas as normas estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos que componham ou venham a compor o processo administrativo respectivo;

4.9. A Contratada deverá solucionar os problemas apresentados em função da manutenção corretiva no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após o atendimento do chamado;

4.10. Caso não seja possível a solução do problema em 48h (quarenta e oito horas), a contratada deverá efetuar a substituição do equipamento com defeito por outro, com a mesma capacidade, em perfeito estado de funcionamento, até que o reparo seja efetuado;

4.11. Os serviços de manutenção corretiva, programados regularmente, eventuais ou emergenciais, serão demandados pela CONTRATANTE tantas vezes que se comprovar indispensáveis, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 17:00 horas.

4.12. No caso de serviços de manutenção corretiva para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de 6 (seis) horas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

4.13. No caso de serviços de manutenção corretiva emergencial relativa a acidentes de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, adotar urgentes providências no sentido de sanear o problema em até 2 (duas) horas.

4.13.1. O prazo informado no subitem acima justifica-se diante da existência de equipamentos como DATA CENTER e NO-BREAK que dependem do controle da temperatura do ambiente.

4.13.1.1. Referente ao subitem acima a ausência ou mal funcionamento da temperatura implica na queima de equipamentos responsáveis pelo armazenamento das informações institucionais e possível perda das mesmas, conforme informações nas folhas 50 e 50v (anexas ao processo) fornecidas pelo Setor de TI do IF Baiano- Reitoria.

4.14. Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os necessários serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato o isente da aplicação de sanção contratual ou provoque, para a CONTRATANTE, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes aos equipamentos de ar condicionado.

4.15. A requisição de serviços de manutenção corretiva, eventuais serão formalizadas por meio de ordem de serviço, e as emergenciais podem ser solicitadas, também, por telefone ou mensagem eletrônica (e-mail).

4.16. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva executados e os materiais empregados deverão obedecer rigorosamente:

- a) às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- b) às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- c) às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado;
- d) aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- e) às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
- f) à NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- g) à NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- h) à NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- i) à Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

j) à NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

l) à Portaria n.º 3523/GM e 176/GM do Ministério da Saúde, bem como o preenchimento do PMOC, de acordo com as necessidades dos equipamentos.

4.17. A **instalação** tem por objetivo a colocação do aparelho novo ou usado, com procedimento de **vácuo** e o fornecimento de gás refrigerante, **suporte (em alumínio)** para a unidade condensadora, e até 10 metros de tubulação de **cobre**, isolante blindado individual para cada tubo e fita térmica aluminizada, dreno de tubo PVC para água e cabo elétrico compatível com o aparelho.

4.17.1. Em relação ao subitem acima deverá ser utilizado isolante térmico blindado, individualmente, para tubo de alta pressão e para tubo de baixa pressão.

4.17.1.1. O isolante térmico deverá ser envolto por fita térmica aluminizada.

4.18. A **desinstalação** tem por objetivo a retirada do aparelho Condicionador de Ar do local onde está instalado, com fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços, tais como: aplicação de massa corrida, fechamento da alvenaria com massa de reboco e pintura onde forem feitas aberturas para passagem de tubulação e conexão dos equipamentos à rede elétrica.

4.19. Todos os materiais necessários à manutenção que for contratada, ou ainda, a instalação, deverão ser fornecidos pela empresa vencedora da licitação, devendo para tanto, comprometer-se a fornecer as ferramentas e equipamentos necessários ao tipo de serviço a ser realizado.

4.19.1. O IF Baiano não arcará com nenhuma despesa proveniente da utilização de materiais por parte da contratada durante a execução dos serviços.

4.20. As peças e acessórios deverão ser originais com garantia de fábrica, terão a periodicidade determinada pelo fabricante, caso contrário, pela contratada por no mínimo 90 (noventa) dias.

4.21. A garantia de 90 (noventa) dias, das peças e acessórios contará a partir da data de sua instalação; não sendo aceitas peças ou componentes recondicionados.

4.22. Quando ocorrer a retirada do aparelho para manutenção, por questões de segurança e preservação da integridade física do ambiente, a empresa contratada deverá instalar grade, tampa ou vidro de proteção no local destinado à reinstalação do mesmo.

4.23. Todas as peças substituídas durante a manutenção preventiva ou corretiva deverão ser discriminadas em Relatório, para fins de fiscalização.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

4.24. As peças a serem substituídas, bem como os serviços a serem executados nos aparelhos, deverão atender às especificações dos fabricantes, às normas em vigor, às especificações técnicas da ABNT e ao especificado neste Termo de Referência.

4.25. Após a realização das rotinas de manutenção de cada período, a empresa contratada emitirá relatório detalhado, informando os serviços executados, as substituições efetuadas, bem como informações sobre o estado geral do sistema/aparelhos, devendo o relatório ser conferido e certificado pela Fiscalização do IF Baiano.

4.26. Todas as peças, compressores, filtros e gás refrigerante e demais componentes necessários a substituição, deverão ser fornecidos pela empresa, não sendo aceitas peças usadas e/ou reconhecidas. As peças usadas também deverão ter o descarte adequado.

4.27. O item 09 não será objeto de disputa. Na proposta, a empresa deverá registrar o valor estimado que foi informado na planilha e não deverá registrar nenhum lance.

4.28. O Licitante que oferecer valor diferente daquele estipulado para o item 09 (estimativa de valor para aquisição de compressores) terá sua proposta desclassificada.

5. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no anexo I deste Termo de Referência.

6. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante Instrumento de Medição do Resultado (IMR), contendo indicadores, metas, critérios e mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

6.2. O IMR apresenta os critérios de medição de resultado, indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

6.3 Serão utilizados 04 (quatro) indicadores de qualidade, conforme planilhas do Anexo I desse Termo de Referência, sendo um referente a cada serviço executado.

6.4. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, onde cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

6.5. Na avaliação da prestação dos serviços será utilizado formulário com pontuação final da qualidade dos serviços contendo os fatores de avaliação elaborados pela Administração da CONTRATANTE, onde será atribuída pontuação 0 (zero) a 10 (dez) para cada fator avaliado.

6.6. O resultado da avaliação será obtido pela média aritmética da soma das pontuações resultantes das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito BOM para o resultado de 10 a 8 pontos; REGULAR para o resultado de 7,9 a 5 pontos e RUIM abaixo de 5 pontos.

6.7. Na primeira avaliação que resultar conceito REGULAR a contratada será advertida por escrito pela autoridade competente do CONTRATANTE. A reincidência de avaliação com resultado REGULAR, consecutiva ou intercalada, ou a avaliação com conceito RUIM, ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal, correspondente ao mês de prestação do serviço.

6.7.1. A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, poderá ensejar na rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas.

6.8. O pagamento da Fatura/Nota Fiscal relativo ao mês da avaliação será ajustado para 95% (noventa e cinco por cento) do seu valor quando a avaliação resultar no conceito REGULAR **pela segunda vez consecutiva ou intercalada**; para 90% (noventa por cento) do seu valor quando a avaliação resultar no conceito RUIM.

6.9. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, sendo que os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço.

6.9.1. A utilização do disposto no subitem acima não impede a aplicação das sanções administrativas previstas nos Artigos 86 a 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

6.10. Os indicadores, metas, critérios e mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade a que se referem os itens a cima, constam nas tabelas seguir:

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Nº 01 – Realização da manutenção preventiva conforme especificação.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o grau de eficiência dos serviços de manutenção preventiva estejam em conformidade com o que foi contratado.
Meta a cumprir	Atendimento de 100% (cem por cento) dos quesitos previstos neste Termo de Referência referentes à manutenção preventiva dentro do período especificado nesse TR.
Instrumento de medição	Planilha de controle
Forma de acompanhamento	Conferência das O.S e registro em planilha de controle contendo as avaliações quanto a eficiência dos serviços de Manutenção com atesto do fiscal do contrato, conforme especificado nesse instrumento.
Periodicidade Mensal ou a critério da Administração, conforme item 17.5.1 do TR.	Mensal ou a critério da Administração, conforme item 17.5.1 desse instrumento.
Barema	Sem Ocorrências = 10 Pontos Desconto de 0,3 (três décimos) por ocorrência até a 3º ocorrência. Desconto de 0,4 (quatro décimos) de 4 a 7 ocorrências Desconto de 0,5 (cinco décimos) a partir de 8 ocorrências.
Mecanismo de Cálculo	Média aritmética da soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito BOM para o resultado de 10 a 8 pontos; REGULAR para o resultado de 7,9 a 5 pontos e RUIM abaixo de 5 pontos.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Avaliação com conceito REGULAR, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 95%; Avaliação com conceito RUIM, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 90%. Pagamento de 100% do valor da Nota Fiscal/Fatura, avaliação com o conceito BOM;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Sanções	Multa de 2% do valor faturado no respectivo mês da avaliação, sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
Observação: A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, poderá ensejar na rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas.	

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Data: ____/____/____.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA		
PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS – MÊS/ANO: __/__/__		
MENSAL		
	DATAS DE EXECUÇÃO	VISTO FISCAL
1	Data Prevista: ____/____/____ Data Realizada: ____/____/____	
BIMESTRAL		
	DATA DE EXECUÇÃO	VISTO FISCAL
1	Data Prevista: ____/____/____ Data Realizada: ____/____/____	

Responsável pela verificação:

Data: ____/____/____.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

(Nome por extenso e rubrica)

(Data)

Indicador	
Nº 02 – Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere para os chamados de manutenção corretiva
Meta a cumprir	100% em até 6h da data do chamado
Instrumento de medição	Planilha de controle de chamados para manutenção corretiva
Forma de acompanhamento	Avaliação de eficiência dos serviços executados, mediante registro em planilha de controle, pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Conforme solicitação do IF Baiano.
Barema	Sem Ocorrências = 10 Pontos Desconto de 0,6 (seis décimos) pontos por ocorrência até a 2º ocorrência. Desconto de 1,0 ponto por ocorrência a partir da 3º ocorrência
Mecanismo de Cálculo	Média aritmética da soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito BOM para o resultado de 10 a 8 pontos; REGULAR para o resultado de 7,9 a 5 pontos e RUIM abaixo de 5 pontos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Avaliação com conceito REGULAR, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 95%; Avaliação com conceito RUIM, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 90%. Pagamento de 100% do valor da Nota Fiscal/Fatura, avaliação com o conceito BOM;
Sanções	Multa de 2% do valor faturado no respectivo mês da avaliação, sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
Observação: A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, poderá ensejar na rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas.	

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

(Nome por extenso e rubrica)

(Data)

MANUTENÇÕES CORRETIVAS	
PLANILHA DE CONTROLE DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA – MÊS/ANO: ____/____	
1	DATA DO CHAMADO: ____/____/____ HORA DO CHAMADO __:__
	DATA DO ATENDIMENTO: ____/____/____ HORA DO ATENDIMENTO __:__



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

2	DATA DO CHAMADO: __/__/____ HORA DO CHAMADO __:__
	DATA DO ATENDIMENTO: __/__/____ HORA DO ATENDIMENTO __:__
3	DATA DO CHAMADO: __/__/____ HORA DO CHAMADO __:__
	DATA DO ATENDIMENTO: __/__/____ HORA DO ATENDIMENTO __:__
4	DATA DO CHAMADO: ____/____/____ HORA DO CHAMADO __:__
	DATA DO ATENDIMENTO: __/__/____ HORA DO ATENDIMENTO __:__
5	DATA DO CHAMADO: __/__/____ HORA DO CHAMADO __:__
	DATA DO ATENDIMENTO: __/__/____ HORA DO ATENDIMENTO __:__
AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO:	
OBSERVAÇÃO:	

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

(Nome por extenso e rubrica)

(Data)

Indicador

Nº 03 – Prazo e qualidade do atendimento dos problemas de manutenção corretiva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Item	Descrição
Finalidade	Garantir solução célere e eficiente quanto aos problemas de manutenção corretiva
Meta a cumprir	100% em até 48h após o atendimento do chamado
Instrumento de medição	Planilha de controle de defeitos/inadequações
Forma de acompanhamento	Pela planilha. Verificação, pelo fiscal, do tempo decorrido entre o atendimento de manutenção preventiva, seu o horário de solução do problema, comparação ao prazo de 48h e registro em planilha.
Periodicidade	Conforme solicitação do IF Baiano.
Barema	Sem Ocorrências = 10 Pontos Desconto de 0,6 (seis décimos) pontos por ocorrência até a 2ª ocorrência. Desconto de 1,0 ponto por ocorrência a partir da 3ª ocorrência
Mecanismo de Cálculo	Média aritmética da soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito BOM para o resultado de 10 a 8 pontos; REGULAR para o resultado de 7,9 a 5 pontos e RUIM abaixo de 5 pontos.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Avaliação com conceito REGULAR, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 95%; Avaliação com conceito RUIM, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 90%. Pagamento de 100% do valor da Nota Fiscal/Fatura, avaliação com o conceito BOM;
Sanções	Multa de 2% do valor faturado no respectivo mês da avaliação, sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
Observação: A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, poderá ensejar na rescisão do contrato, sem prejuízo	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

da aplicação das demais sanções administrativas previstas.

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Data: ____/____/____.

MANUTENÇÕES CORRETIVAS		
PLANILHA DE CONTROLE DE DEFEITOS/INADEQUAÇÕES		
DIA/MÊS/ANO: ____/____/____		
1	DATA DA SOLICITAÇÃO: __/__/__	HORÁRIO DA SOLICITAÇÃO:__:__
	DATA DO ATENDIMENTO __/__/__	HORÁRIO DO ATENDIMENTO:__:__
2	DATA DA SOLICITAÇÃO: __/__/__	HORÁRIO DA SOLICITAÇÃO:__:__
	DATA DO ATENDIMENTO __/__/__	HORÁRIO DO ATENDIMENTO:__:__
3	DATA DA SOLICITAÇÃO... __/__/__ __:__	HORÁRIO DA SOLICITAÇÃO:__:__
	DATA DO ATENDIMENTO __/__/__	HORÁRIO DO ATENDIMENTO:__:__
4	DATA DA SOLICITAÇÃO... __/__/__ __:__	HORÁRIO DA SOLICITAÇÃO:__:__
	DATA DO ATENDIMENTO __/__/__	HORÁRIO DO ATENDIMENTO:__:__

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Data: ____/____/____.

Indicador	
Nº 04 – Realização das instalações conforme exigências do Edital	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir adequado funcionamento de todo o sistema
Meta a cumprir	100% em até 6h após o atendimento do chamado atendendo as especificações do TR.
Instrumento de medição	Planilha de controle
Forma de acompanhamento	Verificação, pelo fiscal, por meio de planilha de controle, quanto a eficiência da execução do serviço e cumprimento das exigências contratuais, conforme TR.
Periodicidade	Mensal
Barema	Sem Ocorrências = 10 Pontos Desconto de 1,0 (um) ponto por ocorrência.
Mecanismo de Cálculo	Média aritmética da soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito BOM para o resultado de 10 a 8 pontos; REGULAR para o resultado de 7,9 a 5 pontos e RUIM abaixo de 5 pontos.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Faixas de ajuste no pagamento	Avaliação com conceito REGULAR, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 95%; Avaliação com conceito RUIM, o pagamento da fatura mensal será ajustado para 90%. Pagamento de 100% do valor da Nota Fiscal/Fatura, avaliação com o conceito BOM;
Sanções	Multa de 2% do valor faturado no respectivo mês da avaliação, sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
Observação: A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, poderá ensejar na rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas.	

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Data: ____/____/____.

ANEXO II

CHECK LIST PARA AS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS A SEREM EXECUTADAS.

SERVIÇOS	IDENTIFICAÇÃO DO APARELHO	DATA
Limpeza do filtro de ar		
Limpeza do evaporador		
Limpeza do condensador e ventiladores		
Lavagem das serpentinas e bandejas		
Lavagem das mangueiras sem uso de produtos corrosivos ou desengraxantes		
Limpar/lavar, quando recuperável, o elemento filtrante		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Substituir, quando descartável, o elemento filtrante		
Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais		
Efetuar reparos das conexões e suportes		
Verificação da tensão de alimentação nas 3 fases		
Verificação do aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos		
Leitura dos instrumentos de medição		
Verificação de aquecimento nos cabos de alimentação		
Verificação do funcionamento dos aparelhos observando ruídos anormais elétricos ou mecânicos		
Verificação dos drenos de escoamento das bandejas		
Verificação da temperatura nas salas		
Verificação de apoio e vedação dos aparelhos nas esquadrias		
Verificação do funcionamento da chave seletora		
Verificação do funcionamento do termostato		
Verificação do comando de exaustão e/ou renovação		
Verificação de vibrações anômalas		
Verificação do nível de óleo do compressor		
Verificação dos componentes elétricos dos aparelhos		
Verificação do rendimento dos aparelhos pela medição da temperatura na entrada e na saída do evaporador		
Verificação da carga de gás refrigerante		
Verificação do estado de fiação, terminais e contatos elétricos		
Verificação e eliminação de frestas dos filtros		
Verificação e calibragem dos dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa de óleo)		
Verificar a existência de vazamentos		
Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do cárter		
Verificar operação da válvula de expansão		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Verificar dispositivos de segurança (deles térmicos e fusíveis)		
Medição da corrente (A) no moto-compressor e no moto-nivelador e comparação com os valores de placa		
Limpeza externa dos aparelhos		
Limpeza do evaporador e condensador		
Desmontagem do evaporador para limpeza		
Limpeza da ventoinha e hélice, com reaperto dos parafusos		
Limpeza de colméias		
Lubrificação das buchas do moto-nivelador		
Localização e eliminação dos pontos de corrosão		
Verificação de vibrações anômalas		
Medição da corrente (A) no moto-compressor e no moto-nivelador e comparação com os valores de placa		
Verificação dos componentes elétricos do aparelho		
Verificação do rendimento dos aparelhos pela medição da temperatura na entrada e na saída do evaporador		
Substituição dos filtros de ar sempre que necessário		
Limpeza externa dos aparelhos		
Lubrificação dos mancais		
Revisão e complemento de carga de gás		

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

Observações para eventuais manutenções preventivas e/ou corretivas

--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Responsável do Instituto Federal Baiano pela fiscalização dos serviços:

Data: ____/____/____.

Servidor:

Cargo/Função:

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Data: ____/____/____.

ANEXO III

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

**MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR
CONDICIONADO**

Nº OS:	UNIDADE REQUISITANTE:
DATA DA EMISSÃO:	SERVIÇO:
CONTRATO Nº:	PROCESSO Nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	Telefone:	E-mail:

LOCALIZAÇÃO:
MARCA:
MODELO:
CAPACIDADE:
NÚMERO DO PATRIMÔNIO:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

PREVISÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR DOS SERVIÇOS:

O S RECEBIDA POR:	DATA: ____/____/____
EXECUTOR DO SERVIÇO:	DATA: ____/____/____
FISCAL:	DATA: ____/____/____

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a
1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 7.500 a 18.000 BTUs, com o fornecimento de peças e mão-de-obra.	<u>Serviço</u>	60	60	60	60	60	50
2	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado, tipo split, de 19.000 a 36.000 BTUs, com o fornecimento de peças e mão-de-obra.	<u>Serviço</u>	5	5	5	5	5	5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação será por prazo determinado de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93.

7.2. O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses de acordo com o previsto no Art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

7.3. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério do Instituto Federal Baiano.

7.4. A empresa contratada ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

7.5. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços e a licitação será dividida em grupos, formados por 9 (nove) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

7.6. As empresas licitantes poderão realizar vistoria, sendo esta facultativa, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

7.7- A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93.

7.8. A Contratada dever manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.9. Como garantia da continuidade da prestação dos serviços descritos no edital e seus anexos compete à Contratada observar o disposto no item 4 desse Termo de Referência.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as especificações dos itens que serão contratados, bem como as características e descrição minuciosa da forma de prestação dos serviços constantes nesse Termo de Referência nos itens 1 e 4, respectivamente, os quais são indispensáveis para a elaboração da proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização do serviço serão de responsabilidade dos Servidores indicados pelo IF Baiano, designado por Portaria interna, cabendo a estes anotar e registrar todas as ocorrências verificadas durante a execução dos serviços.

9.2. A comunicação entre a fiscalização do serviço e a CONTRATADA será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. Aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato caberão o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.

9.4. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato poderão ser processados nos termos dos arts. 39 a 47 da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017.

9.5. Os servidores indicados para fiscalizar o contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

9.6. O pagamento será realizado mensalmente tomando por base a prestação de serviço realizada no mês de referência, mediante a apresentação de Nota Fiscal e conforme IMR, anexo a esse TR.

9.7. Para o pagamento referente aos serviços de manutenções preventivas, manutenções corretivas, instalação e desinstalação, deverá ser emitido Nota Fiscal de serviço ou, nas situações previstas nesse instrumento por outros meios de comunicação.

9.8. Todos os materiais necessários à manutenção que for contratada, ou ainda, a instalação, deverão ser fornecidos pela empresa vencedora da licitação, devendo para tanto, comprometer-se a fornecer as ferramentas e equipamentos necessários ao tipo de serviço a ser realizado.

9.8.1. O IF Baiano não arcará com nenhuma despesa proveniente da utilização de materiais por parte da contratada durante a execução dos serviços.

9.9. Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento mensal e como condição indispensável para emissão do ateste pelo Fiscal do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do contrato o seguinte documento, que será analisado para posterior cálculo e emissão da Nota Fiscal:

9.9.1. Relatório mensal das atividades, com apresentação do cálculo do valor mensal dos serviços,

9.9.1.1. O relatório deverá conter os seguintes elementos:

- a) Assinatura do responsável técnico da contratada;
- b) Espaço para assinatura do responsável pelo acompanhamento do serviço;
- c) Data e hora da realização dos serviços;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

d) Discriminação detalhada dos serviços com os quantitativos e número de Ordem de Serviço (O.S);

9.10. O fiscal promoverá a análise do relatório e dos valores a serem pagos pelos serviços efetivamente prestados no período, e informará para o Representante da CONTRATADA o valor correto para emissão da Nota Fiscal.

9.11. O fiscal deverá mensalmente ajustar o pagamento devido à contratada de acordo com a aplicação dos indicadores constantes no instrumento de medição de resultado (IMR).

9.12. O pagamento será executado, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal de Serviços à Contratada, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93 e outros documentos legais e/ou contratuais determinados pelo fiscal do contrato.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. A Contratada deverá prover todos os materiais (tais como estopas, querosene, materiais de limpeza, fusíveis, graxa, gás, entre outros necessários) e equipamentos (tais como medidores de corrente elétrica, medidores de temperatura, medidores de carga do gás, entre outros), bem como todo material que se fizer necessário, de forma a assegurar prestação satisfatória dos serviços e a conclusão destes nos prazos fixados, promovendo sua substituição quando necessário.

11. INÍCIO DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução do serviço será iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato mediante emissão de ordem de serviço à Contratada.

11.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

11.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, logo após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

11.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.6. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal do contrato.

11.7. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

11.8. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, no caso de avaliação com conceito REGULAR ou RUIM, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

12. DA VISTORIA

12.1. Fica facultada para as empresas a realização de vistoria técnica no endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Reitoria situado na Rua do Rouxinol, 115, Bairro Imbuí, Salvador/BA, CEP: 41.720.050, com o objetivo de conhecer todos os aspectos e características inerentes aos equipamentos, serviços e materiais necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência e o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta;

12.2. As empresas interessadas na realização da vistoria técnica devem agendar por telefone (71) 3186-0040 (ramal 260), no horário de 9h às 12h e das 13h às 16h.

12.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, conforme consta nesse instrumento.

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

14.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos exigidos para a perfeita execução dos serviços a serem prestados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

14.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

14.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

14.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

14.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

14.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.18. Cumprir todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será permitida a subcontratação nesse processo licitatório, devendo a empresa licitante informar durante a sessão do Pregão Eletrônico (por meio de documentos e/ou declaração) a forma em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

que prestará os serviços, objeto desse certame, de maneira a cumprir os prazos informados nos subitens 4.12 e 4.13 desse TR, conforme subitem 9.5.2 do edital.

15.1.1. A empresa, não enquadrada no subitem acima (com sede em Salvador ou Região Metropolitana), que não comprovar, na fase de aceitação, o cumprimento desta cláusula (vedação a subcontratação do objeto), terá sua proposta recusada.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

17.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

17.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c) descumprir obrigações contratuais e legais;

17.5.1. O fiscal do contrato poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

17.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.13. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.16. O fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização deverá informar ao gestor do contrato a avaliação resultante da execução dos serviços para efeito de pagamento, conforme item 6 deste TR.

17.17. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas relativas ao controle e avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos nesse instrumento.

17.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Conforme dispõe o Art. 7º da Lei 10.520/202, abaixo transcrito:

18.1.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.2. Poderá ficar impedido de Licitar e Contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios a Licitante que:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

- 18.2.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.2.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.2.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2.5. cometer fraude fiscal.
- 18.2.5. Não manter sua proposta
- 18.2.6. Descumprir cláusulas do edital, ensejando atraso na conclusão da Seção do Pregão Eletrônico, entre essas: não enviar os documentos solicitados durante a convocação do anexo como condição para aceitação ou habilitação da proposta.

18.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.3.2. Multa de:

18.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

18.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.4.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

18.4.2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.4.5. Sanções previstas nos subitens 18.1.8, 18.1.9 e 18.1.10 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuado.

18.4.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

	prepostos previstos no edital/contrato;	
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.1.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.1.14.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.1.14.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.14.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.1.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.1.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

18.1.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Termo de Referência elaborado por:

Nome: _____

Setor: Coordenação Geral de Suprimentos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITORIA

Assessoria ao Setor Requisitante pelo Núcleo de Licitação:

Nome: _____

Setor: Setor de Compras

Aprovação do Termo de Referência pela Autoridade Competente:

Aprovo o termo de referência, nos termos dos incisos I e II e § 1º e 2º do artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005 e autorizo a abertura do processo licitatório respectivo por se tratar de “serviços comuns”, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.